



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 13 / 10 / 25

Chagas

Conselheira de Maria Lages Rodrigues
do Núcleo Comissão Técnicas

Ao (a) Deputado (a)

João

Genival

para relatar.

Em 14 / 10 / 25

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

[Assinatura] HL



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 285 DE 2025.

**Dispõe sobre a revisão da
circunscrição territorial do
Município de Nazária.**

AUTOR: DEP. HÉLIO ISAÍAS
RELATOR: DEP. GESSIVALDO ISAÍAS

I. RELATÓRIO

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei nº 285 de autoria do Deputado Hélio Isaías, que dispõe sobre a revisão da circunscrição territorial do município de Nazária.

É importante ressaltar que a proposição tramitou por esta Casa Legislativa, passando pela Comissão de Estudos Territoriais do Estado do Piauí – CETE, sendo que a proposição foi aprovada sem qualquer óbice.

Dessa forma, devemos verificar a constitucionalidade, juridicidade e legalidade da proposição ora apresentada.

II. VOTO DO RELATOR

Para tanto, apresento, de acordo com os artigos 155, parágrafo único e 156 do regimento interno desta casa, parecer onde examino o projeto de lei que ora encontra-se sob análise.

Ao aprofundar o exame da proposição pontuo que não foi encontrado nenhum óbice elencado no art. 97 do Regimento Interno.

A matéria insere-se na esfera da competência legislativa estadual, conforme estabelece o artigo 75 da Constituição do Estado do Piauí. Além disso, a revisão territorial encontra respaldo na Lei Estadual nº 5.120, de 19 de janeiro de 2000, que institui a CETE-PI e disciplina os procedimentos para a atualização dos limites intermunicipais.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Do ponto de vista técnico e jurídico, a proposição foi devidamente instruída com os documentos exigidos, como o termo de acordo firmado entre os representantes dos municípios envolvidos, memorial descritivo e mapa georreferenciado atualizado, em consonância com as diretrizes da CETE.

Importa salientar que a alteração proposta visa exclusivamente à atualização cartográfica, não havendo prejuízo aos entes municipais nem à população local. Trata-se, portanto, de medida que atende aos princípios da razoabilidade, da segurança jurídica e do interesse público.

Por todo o exposto, observando a grande importância da iniciativa do nobre Parlamentar, a boa técnica legislativa da proposição, manifesto-me favoravelmente à sua **Aprovação.**

III. PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após discussão e deliberação resolve pela:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> (X) Aprovação. | <input type="checkbox"/> () Rejeição. |
| <input type="checkbox"/> () Aprovação com Emenda. | <input type="checkbox"/> () Transformação em Indicativo. |
| <input type="checkbox"/> () Aprovação com Substitutivo. | <input type="checkbox"/> () Aprovado em reunião conjunta. |

**SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA EM TERESINA/PI, 03 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Deputado Gessivaldo Isaías

Relator

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil

